

## Pelo fim do serviço militar obrigatório

Ass. Const - 7 NOV 1986

FERNANDO GASPARIAN

FOLHA DE SÃO PAULO

**L**ogo na inauguração da Nova República, ao se decidirem pela profissionalização nas Forças Armadas, os militares brasileiros incorporaram essa expressão e a intenção em todos os discursos de alta patente no país.

A discussão sobre profissionalização, que indica uma nova postura diante da necessidade de nosso pleno desenvolvimento democrático, tem, no entanto, se limitado a dois objetivos: o reaparelhamento, necessário, das Forças Armadas, e a promessa solene dos militares de só se ocuparem de sua missão constitucional, deixando de lado os negócios públicos que estiveram sob sua tutela nos últimos vinte anos.

O assunto, porém, comporta um exame e encerra uma questão já solucionada em outros países, com grande vantagem para o aperfeiçoamento das Forças Armadas. Não basta reequipar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica com o melhor armamento produzido aqui ou no Exterior, porque antes é preciso dotar o soldado de condições técnicas para o domínio e emprego dos complexos sistemas de armamento.

Para isso, exige-se a coragem de eliminar uma tradição que chegou ao Brasil no início do século e se espalhou pelo mundo a partir da Revolução Francesa: o modelo de recrutamento através da conscrição masculina obrigatória. Ou seja, o serviço militar obrigatório para todos os cidadãos do sexo masculino que atingem um limite de idade fixado por lei (no caso brasileiro, dezoito anos). Essa atividade é apresentada como um louvável dever do cidadão, pois pressupõe a prestação de um "serviço à Pátria".

O período de doze meses durante o qual o recruta é treinado para a "defesa da pátria" é muito curto para um

perfeito adestramento, que poderia torná-lo parte integrante de um quadro de pessoal altamente especializado. Como isso não ocorre, aumenta a diferença qualitativa entre os elementos de carreira das Forças Armadas e os jovens recrutas. Mesmo porque um treinamento mais adequado representaria, no fundo, uma perda enorme de recursos com um elenco de soldados que só poderia ser aproveitado realmente durante o breve período legal de doze meses. Depois ele estará na reserva.

Então, por que manter esse serviço, cuja eficácia não pode ser comprovada em tempo de paz e jamais se justifica em tempo de guerra? É claro que um estado de guerra exige a participação de toda nação, mas é claro, também, que não se pode entregar a defesa do país a um grupo de recrutas despreparados.

Está na memória internacional o recente conflito nas Malvinas e seu trágico exemplo: jovens e inexperientes soldados argentinos, inertes diante do poder de fogo dos profissionais britânicos. Destino inglório para um Exército que, assim como o brasileiro, é composto, em sua maioria (cerca de 80%) por conscritos, ao contrário dos Estados Unidos e Inglaterra, países nos quais o serviço militar é voluntário. Não há notícias de que eles tenham se tornado militarmente mais fracos em consequência disso.

A alegação de que o serviço militar obrigatório é necessário em países como o Brasil, pelo seu caráter educacional, também sofre o peso de um equívoco. Primeiro, porque o país já não sofre os mesmos problemas de falta de oportunidades que se verificava, por exemplo, na década de vinte. É inegável que as Forças Armadas já realizaram muito nesse campo, alfabetizando e

ajudando a formar os cidadãos, mas a isso se sobrepõe hoje a necessidade de especialização técnica, que só se consegue com acurado treinamento e absoluta dedicação, por um tempo muito superior a apenas um ano.

Não bastasse isso, o alegado "centro educacional" não se justificaria pelo pequeno número de recrutas que são efetivamente incorporados. Segundo dados veiculados pela Folha de São Paulo, cerca de 10% dos jovens que todo ano são obrigados a se alistar, apresentam-se às três armas. "Até o final deste ano, esclarece a Folha, 150.489 dos 1.357.393 brasileiros que completaram dezoito anos em 1985 estarão prestando o serviço militar obrigatório no Exército, Marinha e Aeronáutica. O mesmo ritual se repete todos os anos: cerca de 1,4 milhão de jovens se alistam (mais de 90% no Exército); pouco mais da metade é escolhida para os exames de seleção; quatrocentos mil são considerados aptos e cerca de 150 mil são incorporados para treinamento nas três armas". Esses jovens somam cerca de 132 mil conscritos num efetivo total de 183 mil soldados do Exército, portanto, quase 80% da Força.

É curioso notar o elevado número de jovens que vivem anualmente a expectativa da convocação e os problemas inerentes a essa espera. O fato mais alarmante é a insegurança vivida pelo cidadão na faixa dos dezoito anos, preso numa armadilha terrível: se ele já tem um emprego, começa a sofrer toda sorte de discriminação profissional, justamente por ter garantido o vínculo empregatício caso seja recrutado. O que não tem emprego, simplesmente não consegue trabalhar pelas mesmas razões: uma garantia que funciona às avessas, um serviço que consegue prestar um desserviço ao jovem brasi-

leiro. Essa circunstância faz com que muitos, nessa faixa etária, sejam atirados à marginalidade nas grandes cidades.

Há que se considerar, também, a situação do estudante, que muitas vezes é levado a trancar matrícula ou a adiar a complementação de seus estudos. Ora, isso traz prejuízo pessoal ao jovem na sua formação, comprometendo, indiretamente, o futuro do país. Situação que não se repetiria se todos fossem voluntários, portanto dependendo única e exclusivamente de uma opção pessoal, de um desejo de construir a vida profissional na carreira militar, como poderia ser em qualquer outra profissão.

A abolição da obrigatoriedade, além de provocar um fortalecimento dos contingentes, acabaria com os deploráveis expedientes (trapaças, tráfico de influências), a que os jovens, e em especial os pais deles, recorrem para evitar a convocação. Também poderia ser evitado o agravamento de problemas psicológicos causados por uma alegada tirania nos quartéis, ou por fastio ou ainda por desvio de vocação.

Finalmente, deve-se reafirmar que o objetivo da proposta não é agir contra as Forças Armadas, mas, ao contrário, é fortalecê-las e defendê-las.

A Constituinte, que se instala em fevereiro, pode e deve avançar no sentido de corrigir essa situação, que não ajuda as Forças Armadas e prejudica um enorme contingente de jovens neste país. Afinal, há várias maneiras de servir ao Brasil.

FERNANDO GASPARIAN, 56, secretário da Comissão de Relações Exteriores do Diretório Nacional do PMDB, membro Regional deste partido em São Paulo e candidato a deputado federal, é editor e foi diretor do semanário "Opinão".